



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638442 - MG (2021/0000796-8)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : HERBERT HUMBERTO GOMES
ADVOGADO : HERBERT HUMBERTO GOMES - MG136948
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : WILLIAN ELIAS BORGES (PRESO)
CORRÉU : ESCOLASTICA MARIA DE ARAUJO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WILLIAN ELIAS BORGES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.577959-8/000).

O paciente foi condenado, pelo suposto cometimento do crime de tráfico de drogas, previsto no art. 33, c/c o art. 40, VI, ambos da Lei n. 11.343/06, a uma pena de 12 anos de reclusão a ser cumprida em regime inicial fechado. A sentença condenatória negou o direito de recorrer em liberdade.

O impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a decisão que negou ao paciente a concessão de prisão domiciliar fere o direito à saúde e à dignidade humanas, tendo em vista que é paraplégico, necessita de cadeira de rodas para locomoção e para banho, "passa sonda vesical de alívio de quatro a cinco vezes ao dia, utiliza fraldas descartáveis por não ter controle esfíncteriano, necessita de mudança de decúbito a cada duas horas e higiene pessoal especial" (fl. 4), não havendo condição do estabelecimento prisional oferecer um tratamento digno.

Ressalta que a situação do paciente se agrava em razão da pandemia do novo coronavírus e, em razão das suas enfermidades, se enquadra no grupo de risco para contaminação pela covid-19, de modo que é cabível outorgar o direito à prisão domiciliar, conforme as hipóteses previstas na Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer, liminarmente, o deferimento do direito à prisão domiciliar ao paciente enquanto perdurar a situação gravosa de saúde e de risco de contaminação pela covid-19. No mérito, pugna pela concessão da ordem para confirmar a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem, ao julgar o mérito do *writ* lá impetrado, manifestou-se nos seguintes termos (fls. 62-63):

Dos documentos juntados aos autos verifica-se que o Juiz “a quo”, em decisão devidamente fundamentada, indeferiu o pedido de prisão domiciliar formulado pela Defesa, tendo ressaltado que o benefício a sentenciados que cumprem pena em regime fechado só deve ser deferido quando demonstrada situação de especial excepcionalidade, o que não é o caso do paciente – vez que relatório médico informa que W.E.B. se encontra em bom estado de saúde, apesar de suas enfermidades, não havendo nenhuma afirmação médica de que ele necessite permanecer em residência para tratamento (fls. 54/56, do doc. único).

Salientou o Juiz “a quo”, ainda, que o crime pelo qual o paciente foi condenado teria ocorrido em 10/07/2019, quando ele já padecia das doenças informadas – o que, em tese, não o impediu de infringir a Lei (fls. 54/56, do doc. único).

A propósito, consta na sentença que W.E.B. traficava drogas justamente em sua casa, a incompatibilizar a concessão de prisão domiciliar (fls. 18/40, do doc. único) – já que não se poderia permitir que continuasse a usar o mesmo ambiente que traficava como forma de prisão, sem nenhuma eficácia de impedir a continuidade de igual prática.

Também não se pode perder de vista que houve o reconhecimento de reincidência específica quando da dosimetria da pena (fls. 18/40, do doc. único) – a demonstrar a reiteração delitiva do paciente e a inocuidade de medidas cautelares diversas.

Em relação à argumentação com base na pandemia do coronavírus, não há prova de que tenha havido pedido da Defesa de concessão de domiciliar/revogação da prisão em razão disso – o que caracteriza indevida supressão de instância.

Vale lembrar que portarias e recomendações relacionadas ao tema não têm efeito vinculante, devendo ser avaliadas as circunstâncias do caso concreto.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente